



IMAGEM CEDIDA PELO ANTT

O crime das Águas Santas

Com algumas intermitências, o silêncio durou quase 90 anos. Calando-se, a família manteve entre si um segredo afinal conhecido pelos habitantes das Caldas da Rainha e por milhares de leitores de jornais. Mais tarde, o caso do condenado inocente foi encarado como demasiado triste e vergonhoso para passar à descendência

TEXTO **ANABELA NATÁRIO**

Aconteceu num domingo. Bateram-lhe à porta pouco depois do meio-dia. Era o regedor, o cabo da Guarda Nacional Republicana e mais quatro militares. António Fragoeiro já adivinhara ao que vinham, o seu filho regressara a casa ainda manhã para lhe contar os rumores que enevoavam a vila das Caldas da Rainha, muito agitada por ter havido um “cobarde” atentado ao proprietário do moinho das Águas Santas. O rapaz mais velho de Fragoeiro, o Joaquim, fora cedo de bicicleta até à vila e rapidamente regressara a casa, atarantado. Dizia-se por lá que o seu pai dera uns tiros num vizinho, deixando-o às portas da morte nos campos, perto da ponte João Dias que permite a passagem pelo rio do Mijo como é agora conhecido o rio da Cal. A mulher, Rosalina Conceição, e uma das filhas ficaram na vila, tinham ido levar perdizes a um comerciante, na tentativa de arranjar trabalho a Joaquim, prestes a perder o emprego nas minas de carvão dos Arneiros, localizadas entre Caldas e Óbidos, perto da quinta do Negrelho onde moravam.

No dia 10 de janeiro de 1926, Fragoeiro abriu a porta com pouca simpatia. O regedor Joaquim Amaro e o cabo João Baptista também não se mostraram amistosos. O guarda entrou pela casa adentro, foi direito ao quarto de dormir do casal e meteu as botas de António num saco, enquanto o regedor, que lhe seguia as pisadas, apreendeu a caçadeira do dono da casa. Baptista deu voz de prisão a António Fragoeiro, 44 anos, pai de cinco filhos, feitor de um dos proprietários mais importantes da região, o bisneto do fundador da fábrica da Vista Alegre.

O feitor da quinta do Negrelho é levado para o quartel da Guarda, nas Caldas da Rainha. Ao longo do dia, irá vendo o caso tornar-se feio. A mulher e

os filhos são presos. As autoridades afirmam que a espingarda apreendida tem uma folha verde no fecho, indicando disparos recentes, e que as pegadas no local do crime apresentam um desgaste semelhante ao da biqueira da bota de Fragoeiro. Não tinha motivo para qualquer receio, nada havia que provasse a acusação, dissera António ao filho quando este lhe contara o boato, mas, afinal, de nada lhe servia alegar inocência nem afirmar que há mais de um mês que não fazia fogo com a arma, nem garantir que, na dita madrugada, não pusera os pés por perto da pequena ponte.

“UM MISTÉRIO QUE SE PROCURAVA MANTER”

Por sorte, a vítima sobrevivera, “os tiros, disparados com tal ânsia de matar que lhe penetraram pelo peito e costas, levando pedaços do fato agarrados, não foram de molde a vencer aquela constituição robusta e sadia”, como se lê na “Gazeta das Caldas”, no domingo seguinte. O semanário falou com o moleiro, homem na casa dos 40 anos, que contou como tudo se passara de madrugada, entre os casais da Brogueira e as Águas Santas, quando regressava a casa com a mulher, vindos de uma matança de porco. “Fica-te aí”, disse ter ouvido ao agressor, quando já ferido por dois tiros e caído numa ribanceira. Reconhecera-o, não o vulto, mas a voz. Quem era? “O Fragoeiro. Andava mal comigo há muito tempo!” O redator da “Gazeta” remata a conversa: “Pareceu-nos que havia ali um mistério que se procurava manter. A verdadeira causa do crime estava ainda oculta.”

De facto, havia ali mistério, mas muito diferente daquele que se preparava. O destino pregara uma partida a António e nem a tranquilidade que

INOCENTE António Fragoeiro foi vítima de um erro judicial que contribuiu para a mudança do processo penal português

quis transmitir ao filho conseguirá deixar por herança. Os últimos dois anos da sua vida, tão intensos e marcantes, foram interiorizados por Rosalina e os filhos de tal forma que os descendentes nunca chegaram a perceber o que se passou.

Perante a descoberta de um caso de erro judiciário que contribuiu para a mudança do processo penal português (o inocente, comprovado, fica em prisão), o Expresso foi encontrando, primeiro, um bisneto, depois dois netos, seguindo-se outros neto e bisnetos. Uns conheciam uma parte ínfima da história, outros nem sabiam quem era esse caldense que nascera em Óbidos. António Fragoeiro, 33 anos, é filho de Carlos, mas neto e bisneto de Antónios. A coincidência de nomes tornou-o o mais curioso. No ano passado, numa busca na net, apanhou uma surpresa ao encontrar uma fotografia com o título “António Fragoeiro, condenado como autor do crime das Águas Santas”. Nada mais apurou até o Expresso lhe falar. Em contrapartida, uma sobrinha-neta da mulher de Joaquim Luiz conhece os factos mais relevantes da história de Fragoeiro, sem engasgos, porque a avó e a mãe lhe contaram. “O meu avô Joaquim Maria Barros era meio-irmão da Joaquina da Ribeira. Ela morreu muito velha, já eu namorava o meu marido, era uma mulher baixinha, muito ruim, gritava muito...”, conta Maria Joana Barros, de 73 anos, que não chegou a conhecer o moleiro.

A HISTÓRIA QUE INTERESSA CRIAR

Dez dias depois do sucedido entre o Casal da Brogueira e as Águas Santas, começa a perceber-se como se quer que a situação evolua. Com o antetítulo de ‘Uma emboscada’, o “Diário de Lisboa” dava a notícia: “Um intercâmbio de galanteios que acaba a tiros de espingarda.” O vespertino explicava os motivos: “Joaquim Luiz perseguia com galanteios a mulher do arguido; este por sua vez catrapiscava a mulher da vítima. Um verdadeiro intercâmbio... Mas ambas as esposas eram sérias, e, em resultado de tudo isto, os maridos cortaram relações entre si, ficando a odiar-se mortalmente.” As imprecisões da notícia são muitas, entende-se que a fonte será a polícia. É que, aproximando-se os oito dias de detenção do Fragoeiro, portanto, temendo o fim do período legal para a prisão preventiva, o delegado do Ministério Público, Amândio de Castro, solicitou a Lisboa a intervenção da Polícia de Investigação Criminal (PIC). A resposta foi o envio, no dia seguinte, de um polícia mediático.

Amândio de Castro superintendeu a investigação da GNR, mas terá tido algumas dúvidas. No ano seguinte, será promovido a juiz e colocado na comarca de Fronteira, já não representará a acusação pública contra Fragoeiro. O agente da polícia é Custódio das Dores, famoso por ter prendido o suspeito de assassinio do ditador Sidónio Pais, oito anos atrás, na estação do Rossio. Quando chegou às Caldas da Rainha, recebeu de bandeja aquilo que se dizia ter resultado da investigação — as provas que o cabo João Baptista reunira: a arma e as botas.

UMA CONFISSÃO DUVIDOSA

Foram as pegadas que mais marcaram o imaginário dos caldenses. De boca em boca, se foi passando a história de um homem incriminado por um outro que lhe levava as botas e andara com elas ao contrário para fabricar provas. O resto dos pormenores é, em geral, uma errada atribuição de factos, fala-se até em assassinio, mas o fundo de verdade está lá: um inocente condenado.

Pouco certo é também o que diz o “Diário de Lisboa” no seu primeiro artigo sobre o assunto — ao fim de cinco dias, o interrogado abraçou-se ao agente Custódio confessando o crime. Isto depois de a mulher lhe ter apontado o dedo. Versão diferente contarão Rosalina e Fragoeiro, dois anos depois, ao jornal “O Século”, quando uma segunda investigação muda o curso da história. “Soube que um meu filho ainda pequeno estava separado da mãe, a sorte dos meus filhos ocorreu-me e fui acometido de uma crise de choro. No dia seguinte, o meu defensor procurou-me dizendo-me que contra mim existiam provas impossíveis de destruir e aconselhou-me a confessar”, disse, retificando que o fizera ao juiz e a mais ninguém, e porque o cabo da GNR enquanto o insultara e agredira, lhe dissera: “Enquanto não confessares, a tua família não sai da cadeia.”

E António Fragoeiro confessou. Na decisão pesou mais do que tudo a chantagem com a libertação da família, todavia, terá também contribuído a habilidade de Custódio das Dores, o agente de 40 anos, oito de serviço, corajoso, também conhecido pelas suas teorias e métodos investigativos que nem sempre seguem o caminho certo.

UM AGENTE À AMERICANA

Custódio usava óculos, lenço ao pescoço e boné, em vez de chapéu, para se misturar com a malandragem.

**O destino
pregara uma
partida a
António e nem
a tranquilidade
que quis
transmitir
ao filho
conseguirá
deixar por
herança**

FAMÍLIA

António Fragoeiro tem o nome do bisavô mas pouco sabe sobre a vida deste seu antepassado



ANA BAIÃO

Se o caso exigisse, lançava mão de todas as máscaras. Foi o que fez, diversas vezes, chegando a disfarçar-se de mulher para prender a ‘Petiza’, prostituta e ladra ou “uma das gatunas de forasteiros com mais larga folha de serviço”, como conta numa entrevista em 1931, à revista “ABC”. Entrou na Polícia de Investigação Criminal em 1918, estreou-se em grande, nesse ano prendeu a ‘Petiza’ e o suspeito de assassinio do ditador Sidónio, encurralado e espancado após o tiroteio e que nunca será julgado. Os jornais falam de Custódio, das suas investigações, dizem que tem um jeito especial para arrancar a informação necessária. Nos primeiros 13 anos de polícia, fez mais de oito mil prisões, sobretudo de mulheres.

Foi apertada por Custódio, como se escreverá na altura, que Rosalina admitira que, na madrugada do crime, o marido se deitara depois das duas horas não sem lhe confessar primeiro ter assassinado o moleiro. Antes, a mulher de Fragoeiro sustentara a negação do marido, testemunhando que este fora para a cama pelas 21h. Num ápice, o feitor é acusado e a sua mulher e filhos libertados.

Vivem-se tempos agitados. A I República tem 16 anos, mas rapidamente envelhece. Todos os dias



surgem rumores de que está para rebentar nova revolução contra o Governo de António Maria da Silva, da ala direita do Partido Democrático. Em 26 de maio de 1926, dá-se o golpe final, a ditadura é imposta e para ficar até 25 de abril de 1974.

Vila de “aspeto moderno, casas sem pretensões de estilo, talvez de construção monótona e asseada”, Caldas da Rainha, com as suas termas e a proximidade do mar, é a estância de verão preferida dos alentejanos e dos espanhóis da Estremadura, segundo um roteiro de 1926. É também um importante local de “forças vivas”, a grande aposta do regime que se irá instalar no país.

Graças a um grupo de jovens chegado ao poder, será elevada a cidade em 1927, ganhando ainda maior importância na geografia política. A oposição esmorece, especialmente depois de resolvidos “alguns problemas domésticos que naquele tempo já tinham cabelos brancos”, como a reinstalação da cadeia e dos bombeiros, corporação protegida por Pinto Bastos. Nesta época, é administrador do concelho José Saudade e Silva, de 29 anos, fundador da “Gazeta”, advogado de defesa de Fragoeiro e um dos promotores da revisão do processo, em

conjunto com Martinho Nobre de Melo, de 34 anos, que participara na revolta antidemocrática de 18 de abril de 1925 e há de ser um dos autores do Código de Processo Penal de 1929.

Saudade e Silva — filho do proprietário do Hotel da Copa, estabelecimento preferido pelos veraneantes abastados, e defensor da política regionalista — foi eleito em 1924 na lista dos monárquicos e “furta-cores”, dois anos depois, há de permanecer à frente da Câmara por vontade da ditadura a que o Estado Novo de Oliveira Salazar tiraria a carga militar, em 1933.

“MALEDICÊNCIA CANALHA”

Neste mês de janeiro de 1926, a vila começa a ser afetada por uma “maledicência canalha” que forja calúnias, em maior número do que o habitual. Circulam cartas anónimas e o alvo de “um nojento papel em que foi fielmente insultado” é Manuel Augusto de Carvalho, fundador da “Gazeta” que decidira abandonar o periódico, por “motivos meramente profissionais”, precisamente quando, como advogado, aconselha Fragoeiro a confessar. “Quem se dê ao trabalho de ouvir certas

conversas, não só entre gente do povo, mas mesmo entre pessoas de uma certa classe, pasma de facilidade com que se afirmam factos, alguns dos quais podem pôr absolutamente em perigo a reputação das pessoas visadas. Em compensação, quando se prova alguma acusação grave contra alguém, poucas pessoas lhe retiram a consideração social, parecendo que mais interessa o escândalo do que os bons costumes”, comenta a Gazeta.

Pouco mais de um ano depois da emboscada, o julgamento realiza-se no Tribunal das Caldas a 30 de março de 1927. Ainda está para começar e já se dá como certo o feitor atrás de uma árvore, num sítio ermo, esperando quatro horas pelo moleiro Joaquim Luiz para lhe desfechar uns tiros de caçadeira que só por mera sorte ou falta de pontaria não o mataram. Os jornais nacionais falam no “célebre crime das Águas Santas”, a sala da audiência está cheia, a maioria dos caldenses está convencida de que o feitor da Quinta do Negrelho irá ter o que merece. Fragoeiro nada diz, delega no advogado as respostas à acusação. As duas partes têm as suas estratégias montadas, a da defesa é

O agente da polícia deste caso é famoso por ter prendido o suspeito de assassinio do ditador Sidónio Pais

assumir o crime, se necessário com a justificação de que a vítima perseguia a mulher do réu com intenções desonestas.

CONDENADO A OITO ANOS

Ao todo, serão ouvidas 40 pessoas, mas até os depoimentos das testemunhas de defesa são duvidosos e marcadamente abonatórios, baseiam-se quase todos no “ouvi dizer” ou no “ouvi dizer que ouviu dizer”. O julgamento iniciado ao meio dia terminou no dia seguinte. O júri demorou uma hora a deliberar, no final deu como provado “o crime de ofensas corporais, de que resultou aleijão”, e todas as agravantes invocadas, desde a premeditação à espera, da hora noturna à escolha de um lugar isolado. O júri conservará a dúvida quanto ao motivo, por isso, hesita na aplicação da pena máxima. Mais tarde, o presidente desse conjunto de cidadãos e magistrados judiciais que formavam o tribunal (até serem extintos pelo Estado Novo e repostos a seguir ao 25 de Abril) dirá aos jornais que não ficaram convencidos de que a razão seria a perseguição de Joaquim Luiz à mulher de Fragoeiro nem a oposição ao namoro dos filhos.

António Fragoeiro é condenado a oito anos de prisão maior celular ou, em alternativa, a 12 anos de degredo em possessão ultramarina de primeira classe, ou seja, num centro urbano de África, além do pagamento de mil escudos de multa para o Estado e de três mil de indemnização à vítima. A pena pecuniária representa oito meses de salário de muitos agentes da PIC e a de prisão parece exagerada. “A sentença foi bem recebida”, afirmava o jornal “O Século” no dia seguinte, depois de ter feito um relato do que se passou ao longo das 18 horas de julgamento. A “Gazeta das Caldas” é muito mais comedida em espaço e palavras, limitando-se a enumerar a pena do caso que “produziu sensação e apaixonou a opinião pública”.

Mantendo-se calado, António lá foi para o Limoeiro. E viu o seu recurso para a Relação agravar-lhe a pena em mais 30 escudos de multa. A família empenha-se para libertar o patriarca. Entre 1926 e 1928, Rosalina gasta tudo o que tinha na defesa de António, terra, dinheiro e joias, todos os seus haveres. Ficaram em grandes dificuldades, lembra Teresa Fragoeiro Coissoró, neta de António, à beira dos 80 anos. “Houve uma intriga muito grande. Muitas manobras. Testemunhas compradas. A minha mãe foi muito martirizada com isto”, explicita Teresa, filha de Conceição, a qual nunca conseguia abordar o assunto sem desatar a chorar.

UM CASO PASSIONAL

A dada altura, requer-se em nome do feitor a abertura do processo e a autoridade administrativa do conselho, que é como quem diz José Saudade e Silva, requisita à PIC de Lisboa um novo agente para que o caso volte a ser averiguado. No final de 1927, o pedido é aceite e Baldy Belém é destacado para as Caldas. É outro agente de “nome feito”, ex-praticante de luta, cujas investigações aparecem com alguma

constância nos jornais, algumas das quais referentes a erros judiciários que ele acaba por descobrir. No caso das Águas Santas, em poucos dias interroga várias pessoas e fará surgir nova versão do crime.

Na noite de 4 de janeiro de 1928, Joaquina Maria contou a Joaquim que tivera um caso com o antigo criado do casal e que fora este quem sobre ele disparara, acrescentando ter medo do amante, que ele a ameaça e lhe exige dinheiro. Na manhã seguinte, a mulher do moleiro é vista a deambular pelas ruas, chorando, e é levada pela GNR. Logo a seguir Benigno dos Santos é detido, ambos confessam a sua quota-parte no crime, embora atirando culpas um ao outro. Ela dizia que Benigno preparara tudo; ele que fora ela o cérebro. O antigo criado do moleiro afirma que há meses que tinham relações íntimas e até a proibira de dormir com o marido, por ciúmes.

Pode ser apenas mais uma falsa confissão, todavia, Baldy Belém está convencido que o crime tem dois autores. O cabo é chamado de novo a prestar depoimento, recusa-se, o agente da PIC prende-o acusando-o de encobrimento, mas o carcereiro diz que não pode prender militares. Uma ida ao regimento de infantaria resolve o caso. O GNR acaba por responder às novas questões, porém, a sua convicção é a mesma e nem se preocupa em mostrar antipatia para com o nome Fragoeiro. Então, o agente Belém ouve o moleiro, este, ainda incrédulo, confirma o desabafo da mulher. Admite não ter reconhecido, sequer, a voz do atacante. Foi induzido por Joaquina a acusar o Fragoeiro. O investigador ouve ainda o funcionário municipal, o primeiro a saber da boca da vítima que a esposa lhe era infiel e como tinha sido alvejado.

Na manhã dos tiros, parece que Joaquina Maria ainda atirou as culpas para um cunhado, só depois mudou para o nome de Fragoeiro ressuscitando para a justificação umas desavenças com dois anos sobre limites de terrenos. A mulher do moleiro tinha até preparado o terreno, na festa da Brogueira, falando a uma vizinha que alguém lhe andava para matar o marido. Em “O Século” de 8 de janeiro de 1928, afirma-se que o resultado das diligências “causou extraordinária surpresa na população” e que ainda se reservam surpresas, já que “há pessoas

indicadas como encobridoras do crime e que, como tal, terão se ser presas”. As suspeitas dirigiam-se ao cabo e ao regedor, ambos já reformados, cujos depoimentos Baldy Belém estranhou.

Joaquim Luiz está desfeito com o rumo dos acontecimentos, diz sentir remorsos, mesmo assim confia a algumas pessoas que ainda não acredita no que a mulher lhe disse, que tem em boa conta o Benigno e que daria a sua fortuna para libertar Joaquina. Até fizera chegar à prisão uma cama e uma máquina de costura para ela se sentir melhor.

Mal sabe do resultado, Fragoeiro escreve ao agente Belém, acusando o cabo João Batista como o principal maquinador da cilada que lhe montaram, diz-lhe para ouvir o filho da dona da casa onde se deu o serrabulho. Florindo nega o que afirmara em tribunal, afinal, o réu não se mostrara interessado em saber se a vítima iria à matança de porco. Mas só depois dos novos suspeitos serem confrontados nesta investigação destinada à revisão do processo, é que a população começou a acreditar na inocência do condenado.

NÃO QUERIA VENENO, PREFERIA ARMA DE FOGO

Se à época já existisse internet, as acareações entre os envolvidos no caso iriam ter milhares de visualizações, em particular o confronto entre Joaquina Maria e o amante. Benigno disse que foi Joaquina quem o incitou a disparar contra Joaquim Luiz, aliás, atribui toda a elaboração do plano à mulher da vítima... Até foi ela quem preparou as buchas para a arma. Ela queria vê-lo morto, acusou. O amante contou ainda ter sugerido, ao invés dos tiros, que lhe misturasse vidro moído na comida, mas ela não quis, preferiu pôr-lhe veneno para as formigas no café, um pó que não deu o resultado pretendido. E soube-se que ela abortara por culpa de Benigno, e que ele ia recebendo algum dinheiro que Joaquina escondia no meio da vinha, debaixo de uma pedra. Tudo se soube entre gritos e insultos, ameaças e alguns murros. Benigno chegou a agarrar numa cadeira “para a descarregar na cabeça da sua antiga amante” e Joaquina atirou-se para o chão clamando por justiça divina, castigo para quem a acusava. Para melhor perceber os factos, Baldy Belém organizou a reconstituição do crime. Foram para o campo, não muito longe de um cruzeiro que marca um assassinio passional, em 1880, de um vilão, um senhor proprietário, que foi morto por um marido ofendido. Benigno tomou a dianteira para se aproximar de um pinheiro e explicar como dera o primeiro tiro. E quando Joaquim Luiz disse que ouvira “Fica-te aí”, apressou-se a desmenti-lo: “Você não podia ter ouvido nada, porque eu nada disse.” Perante os factos apurados, o agente Belém requisita a presença de António Fragoeiro para uma acareação geral. O ministro da Justiça autoriza. O feitor de Pinto Bastos será recebido, na estação da Caldas, por uma multidão “carinhosa”. Houve “palmas e foguetes, sendo o preso muito abraçado e felicitado”.

Durante o julgamento, os depoimentos, marcadamente abonatórios, baseiam-se quase todos no “ouvi dizer” ou no “ouvi dizer que ouviu dizer”

Fragoeiro viveu momentos reconfortantes: a receção ao fim de uma viagem de duas horas e meia de comboio, a manifestação que o acompanhou até às instalações da administração do conselho, o almoço com a mulher e os cinco filhos, os abraços de inúmeros visitantes que recebeu após o interrogatório em que reafirmou a sua inocência. Depois disto, ficou indisposto.

Os principais envolvidos no caso são chamados para uma acareação geral. Mais uma vez, na sede da administração da Câmara Municipal, autoridades e jornalistas assistem a uma gritaria de acusações e troca de murros entre Joaquina, que entrara cabisbaixa, e Benigno, que aparecera sorridente. Fica a saber-se, pela voz dele, que ela, conforme combinado, se desviara da linha de fogo para não ser atingida e que a arma do crime se encontrava escondida no sótão da casa do moleiro. Joaquina diz que Benigno está a mentir, ela foi levada por ele, por medo, ao mesmo tempo, vira-se para António Fragoeiro, manifestando esperança de que fosse libertado.

“Mentes tu. Eu é que falo verdade. Isto é tudo obra tua, pois foi tua a ideia de se matar o teu homem, para o que carregaste as buchas... A espingarda era a do teu marido e não a do Fragoeiro, e foste tu que marcaste a hora e o sítio em que eu devia esperá-lo, para lhe dar os tiros”, gritou Benigno, atirando o barrete para o chão. O condenado ouve, e só fica fora de si depois de o regedor admitir que a arma do acusado tinha bolor no fecho e que o cabo modificara as pegadas ao verificar que as botas apreendidas coincidiam, o que, aliás, era comprovado com o exame fotográfico que “essas pegadas não condiziam com aquelas deixadas pelo verdadeiro criminoso, Benigno, nos sítios donde disparou os tiros”.

Ao ouvir o cabo insistir na sua versão, dizendo “não ter tido a impressão de haver verificado as pegadas com as mesmas botas” e que não mudaria a sua versão a não ser que houvesse novo julgamento, Fragoeiro agarrou numa cadeira para o agredir e foi por pouco que não pagou com a mesma moeda aquilo de que acusava o cabo de lhe ter feito quando o prendeu. A cadeira é uma arma muito apetecível. Já na anterior acareação, Benigno pegara numa cadeira para dar com ela em Joaquina.

Chegado a este ponto, Belém considera encerrada a investigação. Joaquina e Benigno estão presos, vão ser presentes ao juiz. Fragoeiro desfruta de algum tempo com a família, habita agora “um quarto particular” da prisão das Caldas, ex-escola de desenho, onde recebe de novo inúmeros abraços e felicitações. Tudo parece encaminhar-se no sentido da justiça quando na tarde de sábado, dia 14 de janeiro de 1928, todos são apanhados de surpresa com os rumores de que o casal fora libertado. O delegado do Ministério Público confirma, e acaba por emitir um comunicado. Para Sousa Monteiro, não há acusação, não há nada que permita o prolongamento da prisão preventiva, além disso já havia um “condenado definitivamente”. A “promoção do

MP”, que será publicada em toda a primeira página da “Gazeta” e um bom espaço interior do “Século”, escreveu-a Sousa Monteiro “de memória”, talvez por isso os factos tenham uma boa dose de imprecisão, chegando a confundir depoimentos, além de deixar de fora tudo o que foi apurado pelo agente Baldy Belém por considerar ilegais as suas investigações.

No domingo seguinte à libertação, uma comissão das forças vivas do conselho desloca-se a Lisboa para uma audiência com o ministro da Justiça previamente marcada. Manuel Rodrigues está em Coimbra, e os representantes concelhios acabam por ser recebidos pelo secretário-geral a quem “pedem humanidade” para o inocente condenado. Nessa noite, falou-se em libertar à força o Fragoeiro e a GNR saiu em força para a rua. Um grupo mais exaltado ainda andou à procura de Joaquina e do amante que tiveram de ser postos fora, “quasi à força, pelo carcereiro”. Diz o “Século” que “ambos diziam não ser justa a resolução do delegado do MP, alegando que, enquanto eles eram soltos, ficava preso um inocente”.

“Eu já contei tudo. Não me prendem... Não tenho culpa”, dirá Benigno a quem o interrogar sobre o caso. Antes destas segundas averiguações, contará o “Diário de Lisboa”, o mesmo teria dito várias vezes: “Se eu quisesse, o Fragoeiro vinha para a rua.” Por isso, o povo desconfia, e põe a circular que o delegado Sousa Monteiro age em defesa do “assassino” porque uma irmã deste é sua criada. O delegado, que foi colocado nas Caldas já o processo aguardava julgamento, há de dizer, no final, que tudo tem um dedo de Frederico Ferreira Pinto Bastos, “pessoa de grande influência nesta região”, contudo o seu nome não aparece nas notícias sobre o desenrolar do processo.

“Sabiam muito bem que tinham sido eles”, diz Joana Barros, referindo-se à família e a Joaquina Maria e a Benigno dos Santos, homem também casado e com dois filhos que costumava ir moer farinha no moinho das Águas Santas, propriedade de Joaquim Luiz. Fala-se então que o ministro da Justiça autorizara a revisão do processo e por isso vão ser feitas novas diligências. As forças vivas do

concelho pedem a permanência de Fragoeiro no continente, que não seja enviado para África como indicara o delegado do MP quando o reenviara para o Limoeiro. Manuel Rodrigues cede ao pedido, após uma conversa com Martinho Nobre de Melo.

“Este causídico em face do delegado do Ministério Público, nas Caldas da Rainha, se recusar a fornecer-lhe o processo, reclamou das instâncias superiores, pelo que foram dadas ordens para que o pedido fosse atendido. Apesar disso, o sr. dr. delegado voltou a recusar a entrega do processo para a revisão, o que foi conhecido do Fragoeiro na sexta-feira passada”, lia-se no “Século” de 6 de abril de 1928.

No dia seguinte, o matutino lisboeta dizia que o presidente da Relação lhes comunicara que “a ameaça do advogado de Fragoeiro, sr dr. Martinho Nobre de Melo, de maneira alguma atinge o delegado do Ministério Público das Caldas da Rainha, que é um magistrado *sans peur et sans reproch*” (sem medo e sem censura), uma frase que representava os valores da cavalaria francesa no final da Idade Média. “O Século” não diz que o presidente do Tribunal de Relação se chama Eduardo Silveira Sousa Monteiro e que é pai de Eduardo Machado Sousa Monteiro, mas acrescenta que este último autorizou a revisão do processo e que os advogados Martinho Nobre de Melo e Campos Coelho vão iniciar, ainda nesse dia, a inquirição de testemunhas que falaram com Baldy Belém.

QUANDO PENSAVAM EM LIBERDADE...

Um mês depois de ter regressado ao Limoeiro, pela 1h30 de dia 5 de abril, António Fragoeiro morre na enfermaria da cadeia. No auto de óbito, fica registada a causa: congestão pulmonar. Não é um registo invulgar em casos de envenenamento. “Era para atingir outros e ele é que levou com a guilhotina”, diz Teresa Coissoró para concretizar: “A minha mãe dizia que tinha sido envenenado, mas opôs-se à autópsia, estava chocada com tudo, magoada...”

António Fragoeiro era uma figura querida no Limoeiro. Guardas e presos gostavam do seu feitio, estes últimos resolveram até quotizar-se para pagar o funeral, mas entretanto foram informados que Pinto Bastos tomara a seu cargo as despesas e canalizaram o dinheiro para uma coroa de flores. O velório na igreja de São Nicolau, em Lisboa, será muito concorrido, o “Diário de Notícias” publica uma foto dos filhos órfãos à porta do templo. Frederico Pinto Bastos, que nunca se pronunciou sobre o assunto para os jornais, integrou o primeiro turno que carregou o caixão da porta do Rossio para o furgão do comboio que o levaria às Caldas, juntamente com Martinho Nobre de Melo, Baldy Belém e representantes das associações comerciais da cidade. No segundo turno encontra-se Joaquim Luiz, o moleiro alvejado. António Fragoeiro repousa nas Caldas da Rainha e a sua história passou a fazer parte das tradições orais da região. ●

anatario@expresso.impresa.pt